CONCORDÂNCIA VERBAL, SOCIOLINGÜÍSTICA E HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO*

Angela C. Souza RODRIGUES – Universidade de São Paulo

RESUMO

O texto corresponde a um conjunto de reflexões desencadeadas pelo estudo da aplicação da regra de Concordância Verbal no português popular em São Paulo, na perspectiva variacionista laboviana. Enfatiza-se a importância da descrição do Português Popular Brasileiro para o conhecimento da história do Português do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

concordância verbal; português popular brasileiro; sociolingüística histórica; história do português brasileiro.

1. Observações iniciais

Há mais de duas décadas estudos sobre concordância verbal (CV) têm sido desenvolvidos por lingüistas brasileiros motivados por preocupações diversas, mas que compartilham uma idéia comum que pode ser assim formulada: a realidade lingüística brasileira não é apenas variável e heterogênea, mas também é plural, na medida em que no Brasil, coexiste, ao lado de uma variedade culta, padrão, uma outra variedade dita não-padrão, popular, vernacular. Estudos sobre aplicação/não-aplicação da regra de concordância verbal no português não-padrão foram realizados por, entre outros, Lemle e Naro (1977), Naro (1981), Guy (1981), Bortoni-Ricardo (1981 e 1985), Assis (1988), Baxter e Lucchesi (1993), Mello (1996), todos eles baseados no pressuposto de que português popular brasileiro, ou não-

* Agradeço ao parecerista anônimo as significativas sugestões para reorganização deste trabalho. Falhas e imprecisões remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

padrão, ou vernáculo brasileiro, é aquela variedade utilizada por brasileiros do mundo rural ou do mundo urbano, analfabetos ou de baixo nível de escolarização e letramento. Minha tese de Doutorado, defendida em 1988 na Universidade de São Paulo, constitui um destes estudos.

Desde então, a questão da CV tem sido para mim objeto de reflexão constante.

Apresento neste texto o resultado dessas reflexões, iniciando-o com a apresentação de algumas questões, as mais significativas, no meu entender, discutidas em minha tese. Tomei a liberdade de me manter fiel ao texto inicial, razão pela qual nele não faço referência a trabalhos publicados depois daquela data, que trataram das mesmas questões, bem como não comparo meus resultados com os obtidos por seus autores. Meu objetivo é mostrar que os estudos de aspectos gramaticais do português popular brasileiro na atualidade muito contribuem para a recuperação da história do português brasileiro como um todo.

Este texto se organiza em duas partes: na primeira, apresento notícia do tratamento dado, em minha tese, a dois fatores lingüísticos e dois extra-lingüísticos considerados significativos para explicar a realização da regra de CV no português popular em São Paulo; na segunda, rotulada de **Desdobramentos,** apresento reflexões desencadeadas por aquele trabalho inicial.

2. Concordância verbal no português popular em São Paulo

Para elaboração de minha tese, estudo fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolingüística Quantitativa Laboviana, ou Teoria Laboviana da Variação e Mudança, colhi uma amostra do vernáculo popular em favelas da periferia da capital paulista-

na, correspondente a 40 (quarenta) entrevistas com informantes adultos procedentes de diferentes regiões do Brasil, realizadas no decorrer do segundo semestre de 1986. Constitui trecho de uma entrevista transcrita ortograficamente o que segue.

Doc. E pra onde foi esse pessoal?
Inf. A senhora vê por isso é que tá difícil por isso é as coisa tá difícil né? porque esse povo correu tudo pra cidade né? Agora na cidade quem é costumado trabalhá na roça na cidade não não dá né? Não se dá não se dá bem né? Não tem jeito de trabalhá na cidade. Porque muitos o que sabe fazê é cortá lenha é roçá mato é derrubá pau é serviço braçal. Vai pra cidade não acha serviço pra fazê.
Doc. Problema sério né?
Inf. Problema sério. Por isso tem muitas favela vai pras favela vai porque chega na cidade não agüenta comprá terreno. Foi meu caso mesmo. Cheguei aqui vô falá pra senhora até comprei um um lote em Guarulhos naquela imobiliária Continental que eu não fui recebê o documento logo porque não sube escrevê. Não tinha ( ) Devolvi o negócio porque não pude recebê o dinhero. Fico morando em favela mesmo porque não tenho condição de comprá terreno. Se eu comprá um terreno eles pode me dá o papel que eu não sei escrevê a esposa não sabe como é que faz? Mas se eu dexá os filho crescê se eles quisé eles compra né? porque pra mim não posso comprá terreno. Meu pobrema é esse.
(Informante F: homem, 3ª. faixa etária, escolaridade nula, procedente do norte de Minas Gerais)

Os dados analisados foram orações com sujeitos sintáticos de 1ª (P4) e 3ª (P6) pessoas do plural.

Trata-se de um trabalho de Sociolingüística Variacionista ortodoxo, que revela um alto grau de fidelidade ao modelo laboviano inicial.

Uma motivação básica me levou a desenvolver tal estudo naque-

le momento: a busca das características morfossintáticas que diferenciam o português padrão do português não-padrão, variedades cuja existência é tradicionalmente reconhecida pelos estudiosos do Português do Brasil (PB) (Silva Neto, 1950). Uma das mais significativas, com certeza, é a questão da concordância verbal (CV), fato confirmado pela análise do material coletado: o falante "popular" tende a não aplicar sistematicamente a regra padrão de CV estabelecida pela gramática normativa, tanto em P4 como em P6.

O material lingüístico analisado correspondeu a um total de 2 049 orações com sujeito plural, sendo 693 de P4 e 1 396 de P6, colhidas em textos de entrevistas de favelados. Em P4, 46% dos casos (321 ocorrências) foram de não-concordância, contra 71% (958 ocorrências) de não-concordância em P6. Ou seja, os índices de não-concordância foram mais elevados com sujeito de 3ª. pessoa do plural, em contraposição à freqüência média bastante inferior quando o sujeito é de 1ª. pessoa do plural. Dos estudos sobre CV realizados até 1988, apenas os de Bortoni-Ricardo (1985) tinham levado em conta a 1ª. pessoa do plural.

2.1. O estudo desenvolvido se baseou nos seguintes pressupostos: 1. existe uma variedade popular do Português do Brasil; 2. esta variedade popular constitui a variedade utilizada nas favelas da periferia de São Paulo; 3. a regra de concordância verbal é uma regra variável (Labov, 1972).

Em São Paulo, metrópole brasileira, existe um extenso contingente populacional formado por adultos de baixa renda, analfabetos ou de baixo nível de escolaridade e, na sua maioria, migrantes da zona rural, quer do próprio Estado de São Paulo, quer da de outros estados brasileiros, que ocupa, principalmente, as *favelas*, a maioria delas na periferia da capital paulistana. Trata-se de um estrato social que se caracteriza por uma prática lingüística típica, uma variedade lingüística de menor prestígio, não codificada e não

normalizada, (Fishman, 1971: 38-39) eminentemente de cunho oral, entendida como comportamento verbal regular, que lhe dá identidade enquanto grupo. Corresponde a um sub-sistema lingüístico, socialmente explicável e definível, identificado pela freqüência de ocorrências de itens lingüísticos particulares, muitos deles estigmatizados, convencionalmente rotulados de não-padrão. Chamamos de popular a variedade de língua que os componentes deste estrato social utilizam, noção que se constrói, portanto, com base em parâmetros sócio-culturais.

Algumas questões de natureza sociolingüística desencadeadas por esse estudo devem ser enfatizadas. A primeira delas: dentre os parâmetros utilizados para caracterização do usuário de uma variedade popular do Português Brasileiro, o grau de escolaridade constituiu parâmetro decisivo. Postulamos a existência de uma variedade de Português Popular (PBPop) utilizada por falantes não escolarizados ou de baixo nível de escolaridade (até, no máximo, 4 anos de escolarização), moradores dos complexos centros urbanos brasileiros, de que São Paulo é exemplo indiscutível. Eles correspondem a um amplo e heterogêneo conglomerado humano, que apresenta em comum o fato de ter na língua escrita um possível modelo de realização oral, distanciado da escola e dos veículos de comunicação verbal escritos. Se já nos primeiros anos de vida aprendem a dominar os mecanismos básicos do português oral, a sociedade não lhes permite, no decorrer da vida, alcançar outros estágios no processo de aquisição ou aprendizagem da língua materna, ou certas habilidades de expressão que as instituições sociais típicas, como a escola, se encarregam de difundir. O elenco de regras gramaticais continua sendo, em tese, o mesmo de seu vernáculo.

A segunda questão é a da procedência desse estrato populacional não só de São Paulo, mas também de outras metrópoles brasileiras, como Brasília. Como já disse, trata-se, em geral, de ex-moradores da zona rural de diferentes regiões do Brasil, principalmente do Nordeste, a mais pobre de todas elas. Três aspectos dessa realidade devem

ser levados em conta. O primeiro deles é o da situação de contato de diferentes línguas e de diferentes variedades do PB no mundo urbano paulistano. Nesse sentido, o contato de diferentes variedades do PBPop constitui um caso especial de contato lingüístico. Justifica-se o rótulo *Português Popular <u>em</u> São Paulo.* É evidente a complexidade demográfica da capital paulistana, resultante do processo de migração interna e também de outros países do mundo.

Aspecto significativo dessa questão pode ser assim formulado: instalam-se as dicotomias rural/urbano e culto/popular quando se considera a realidade social da capital paulistana. Nela se verifica um fenômeno especial de variação sociolingüística resultante desse fenômeno de migração interna: a variedade lingüística que utilizam os migrantes em seus estados de origem, deixa de representar, simbolizar sua região; tal variedade, regional na origem, torna-se variedade social, símbolo de uma posição social inferior. Os migrantes vão constituir, com a população dessas cidades e de regiões próximas a elas, pertencentes ao mesmo estrato social, um extenso grupo de usuários de uma variedade popular ou não-padrão, estigmatizada, que se torna, ela mesma, um indicador da classe socioeconômica a que pertencem. Por fim, as novas gerações de migrantes rurais têm oportunidade de entrar em contato com a variedade social na fase de formação de seu vernáculo. É lícito esperar que essas gerações descendentes de migrantes rurais tendam a abandonar os hábitos lingüísticos de seus pais, adotando uma variedade de língua que vai, então, refletir a estratificação social urbana e as atitudes sociais que servem para sustentá-la.

Em síntese, estamos postulando que na fala rural existe uma tendência para a não realização de marcas formais de flexão verbal, o que explica a existência de duas formas verbais: uma para a 1ª. pessoa do singular e outra para as demais pessoas.

Por outro lado, a CV é uma área da gramática intimamente relacionada com os domínios social e cultural, donde a aplicação dessa re-

gra por parte de falantes analfabetos ou semi-escolarizados é diferente: 1. da língua padrão escrita; 2. da fala normal dos de maior nível de escolaridade e de estratos socioculturais superiores; 3. dos veículos de comunicação de massa.

A regra de CV constitui exemplo indiscutível de regra variável nos moldes labovianos, porque regra facultativa, que ora se aplica, ora não se aplica em função de condicionantes de diferente natureza. Buscamos verificar: 1. se a não realização de marcas formais do verbo indicativas de sua concordância como sujeito correspondente ocorre com a mesma freqüência ou tem a mesma probabilidade de ocorrer, tanto em P4 como em P6; 2. quais os fatores lingüísticos e sociais que, em tese, favorecem ou desfavorecem o uso das variantes.

Sabemos que para qualquer área da variação é provável a identificação de fatores que determinam, num sentido estatístico, as proporções relativas de cada variante, pois ela é vista como condicionada por elementos do contexto lingüístico e social. Os traços lingüísticos não podem ser entendidos apenas em termos de suas relações internas na gramática, mas devem ser vistos como parte de um contexto sócio-cultural mais amplo, no qual eles ocorrem (Sankoff, 1974: 19).

2.2. Com relação ao perfil social da amostra, esclareço que a pesquisa envolveu 40 (quarenta) informantes adultos, moradores de favelas paulistanas, caracterizados em função de quatro dimensões de estratificação:

1. os dois sexos: 16 homens e 24 mulheres;
2. dois níveis de escolaridade: nula: 6 homens e 12 mulheres; até quatro anos de escolarização: 10 homens e 12 mulheres;
3. três faixas etárias: 20 a 35 anos: 2 homens e 8 mulheres; 36 a 50 anos: 8 homens e 8 mulheres; mais de 51anos: 6 homens e 8 mulheres;
4. procedência dos informantes: São Paulo (capital): 6 inform-

antes; Noroeste do Estado de São Paulo + Norte do Paraná: 4 informantes; Norte de Minas Gerais + Sul da Bahia (até Jequié): 22 informantes; Região Nordeste (Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba): 8 informantes.

2.3. Tendo em vista os objetivos deste trabalho, apresento notícia sucinta da análise de dois dos fatores lingüísticos estudados.

2.3.1. Fator de natureza morfofonêmica

Fundamentada em Lemle e Naro (1977); Naro (1981), parti do pressuposto de que, em P6, a crescente saliência fônica da oposição singular/plural está correlacionada com a probabilidade crescente de concordância, isto é, o grau de saliência fônica da oposição entre 3ª. pessoa do singular e 3ª. pessoa do plural está diretamente relacionado com a aplicação da regra. Quanto menor for a diferença entre as formas não-marcada e marcada, ou quanto menor o grau de perceptividade por parte dos falantes da diferença fônica entre elas, maior será a probabilidade de ela se anular. Portanto, quanto mais saliente for a diferença fônica entre singular e plural, mais provável será a concordância, isto é, a falta de concordância ocorre tanto mais quanto menos ela se fizer sentir.

Optei por uma hierarquia de categorias, dentre as sugeridas pelos autores, que refletem a crescente hierarquia oposicional. Correspondem a seis classes agrupadas em dois níveis em função da intensidade dos segmentos fônicos que realizam a oposição: 1. átonos - menos salientes - menor probabilidade de realização; 2. tônicos - mais salientes – maior probabilidade de realização.

Os resultados estão na tabela abaixo.

Tabela 1 – Freqüência e probabilidade da não-concordância (P6) em face da saliência fônica da oposição singular/ plural

	Freqüência	Peso Relativo
1º nível		
fala/ falam	637/679 = 94%	0,93
faz/ fazem	70/86 = 81%	0,77
2º nível		
dá/ dão	91/182 = 50%	0,35
falou/ falaram	107/254 = 42%	0,34
fez/ fizeram	22/72 = 31%	0,26
é/ são	31/83 = 37%	0,20

Os resultados da TABELA 1 confirmam a hipótese formulada. A falta de concordância ocorre com mais alta freqüência exatamente naqueles casos em que a diferença material entre singular e plural é menor ou menos saliente; ao contrário, no caso da forma plural que se distingue totalmente da do singular, como é o caso da classe **é / são** a probabilidade de aplicação da regra padrão é bastante alta. O uso das formas padrão depende diretamente do grau de perceptividade dos efeitos fonéticos que ela acarreta (Lemle, 1978: 92).

Os resultados confirmam também a validade da distribuição das seis classes em dois níveis, com base na intensidade dos segmentos fonéticos diferenciadores, que realizam a oposição. Ocorre um salto indiscutível entre as 2ª. e 3ª. categorias

Todas as categorias do 2º. nível apresentam o elemento fônico diferenciador acentuado, ou seja, o acento recai sobre a parte da palavra em que se localiza a diferença entre singular e plural. Portanto, há semelhança de comportamento entre as classes ou categorias de um e outro nível.

Em P4, a variável morfofonêmica considerada foi a acentuação da forma padrão. Essa variável diz respeito à diferença fônica entre formas verbais padrão paroxítonas, ou graves, e proparoxítonas, ou esdrúxulas. Pressupõe-se que as formas padrão proparoxítonas seriam menos freqüentes na fala popular do que as paroxítonas, que apresentam um tipo de acentuação mais generalizado no vocabulário do português, que imprime à língua um ritmo grave característico

(Câmara, 1970: 55). Em outros termos, a palavra prototípica em português é paroxítona. Neste caso, a desinência **–mos** seria mais perceptível, e por isso mais usada, nas formas paroxítonas, em contraste com seu menor grau de perceptividade nas formas proparoxítonas, ainda que, nos dois contextos, corresponda à sílaba átona final. Os resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 2 – Freqüência e probabilidade da não-concordância (P4) segundo a acentuação da forma padrão

	Freqüência	Peso Relativo
paroxítona	139/509= 27%	0,06
proparoxítona	182/184= 99%	0,94

Os resultados confirmam a hipótese formulada, pois, de fato, a concordância verbo-sujeito em P4 praticamente não se realiza quando a forma esperada é proparoxítona, ou seja, nesse caso a regra da não-concordância é praticamente categórica.

Lemle (1978) apresenta observações sobre certos traços característicos do português falado no Rio de Janeiro por adultos de baixa escolaridade e pertencentes a uma camada socioeconômica inferior. Um dos fatos por ela considerados foi o da síncope da vogal postônica nas palavras proparoxítonas. A pesquisadora restringe suas observações ao fenômeno nos nomes, e não faz referência às formas verbais de 1ª pessoa do plural, que também se reduzem a paroxítonas pela não-realização da sílaba átona final **mos.** Trata-se, a nosso ver, de um caso especial de redução das proparoxítonas a paroxítonas, já que um segmento silábico completo, com valor mórfico, deixa de ser realizado.

2.3.2. Fator de natureza morfossintática - sujeito pronominal

Analisamos a possibilidade de se estabelecer relação entre aplicação da regra canônica de CV e presença e ausência do sujeito prono-

minal: **nós** e **eles/elas**. Em P4, optamos por considerar apenas o sujeito preenchido pelo pronome **nós**, tendo sido descartadas as ocorrências de sujeito **a gente** com valor de **nós**.

A ausência ou elipse do sujeito (sujeito oculto, cancelado, apagado, sujeito zero) corresponde a um fenômeno sintático possível em português, fenômeno que, em tese, pode ocorrer quando o verbo é marcado em pessoa e número. Neste caso: 1. a referência do sujeito zero tem a ver com a flexão do verbo; 2. o sujeito vazio será sempre pronominal, pois o que qualifica em certas línguas a categoria vazia sujeito como pronominal é a presença um elemento de concordância. Se o sujeito não se encontra na frase, a desinência verbal não é redundante, e as relações entre o verbo e o seu sujeito extra-sentencial só podem ser estabelecidas por meio de concordância.

Portanto, é válida a hipótese de que sujeito oculto favorece o uso de formas verbais marcadas, ou aplicação da regra padrão, enquanto as formas verbais não-marcadas devem ser preferentemente usadas com sujeito pronominal explícito.

Tabela 3 – Freqüência e probabilidade de não-concordância de acordo com presença/ausência do sujeito pronominal (nós/eles, elas)

	P4		**P6**	
Não pronominal	15/22 = 68%	0,78	456/555 = 82%	0,67
Explícito	257/483 = 53%	0,55	348/483 = 72%	0,45
Não-explícito	49/188 = 26%	0,19	154/318 = 48%	0,38
Total	321/693 = 46%		958/1356 = 71%	

Os resultados que estão na tabela 3 fornecem evidências favoráveis à hipótese formulada. A ausência do pronome sujeito em P4 favorece decisivamente (Prob. 19 de não-concordância) a concordância, em contraposição à presença do sujeito pronominal **nós,** que favorece a concordância não-padrão. A perda da informação causada pela não realização da desinência é compensada pelo uso do pronome lexical.

A presença ou a ausência dos pronomes **eles/elas**, em P6, interfere de maneira discreta na realização da regra de CV. A diferença entre os dois fatores é de apenas 24% de freqüência e .07 de probabilidade.

Portanto, é possível relacionar CV com o fenômeno da retenção ou apagamento do pronome sujeito, ou uso de estratégias de pronominalização, especialmente para P4.

Estamos adotando uma perspectiva funcional da língua, estabelecendo relações entre estrutura e comportamento lingüísticos em comunicação, supondo que a necessidade de preservar o significado pressione o falante a utilizar outros procedimentos lingüísticos para que não haja comprometimento da informação que pretende veicular. Trata-se, portanto, de uma exigência funcional.

Este é um resumo da análise desenvolvida na tese.

2.4. Dos fatores extra-lingüísticos analisados, apresento notícia do tratamento que dei a dois deles: sexo e procedência dos informantes.

2.4.1. Sexo - A literatura sociolingüística tem mostrado, a respeito da possível interferência da variável sexo nos fatos de variação, que, nas sociedades urbanizadas do mundo ocidental, as mulheres utilizam, de maneira mais consistente, as formas que se aproximam das da variedade padrão, consideradas *melhores, mais corretas* pelas instituições sociais responsáveis pela divulgação da variedade normalizada, como é o caso da escola (Labov, 1972; Trudgill, 1974, Silva-Corvalán, 1989). Além disso, as mulheres tendem a ser mais conservadoras do que os homens; tal conservadorismo se manifesta quando mudanças lingüísticas estão operando em direção oposta à da variedade de prestígio, ou seja, as mulheres preferem as formas mais antigas quando se trata da implementação de uma forma não-padrão; ao contrário, mostram-se mais inovadoras quando a mudança é no sentido de uma

forma prestigiada (Trudgill, 1974).

O comportamento da variável sexo enquanto fator relevante para a aplicação da regra de CV no *corpus* sob análise explicita-se nos resultados da tabela 4.

Tabela 4 – Freqüência e probabilidade da não-concordância verbal segundo o sexo dos informantes

	P4		P6	
Masculino	114/310 = 37%	0,43	367/511 = 72%	0,53
Feminino	207/383 = 54%	0,57	591/845 = 70%	0,47

À primeira vista, não deixam de ser desconcertantes os índices de freqüência e probabilidade de aplicação da regra. Em P6, o fator sexo mostrou-se irrelevante, já que homens e mulheres apresentam, praticamente, a mesma freqüência (72% e 70%) e índices de probabilidade bastante próximos de .50 (.53 e .47). Aliás, feitos os testes de relevância, o fator sexo resultou inoperante. A regra de não-concordância verbal em P6 está disseminada de maneira homogênea entre os usuários dos sexos masculino e feminino.

Por outro lado, os resultados referentes à P4 contradizem, de maneira indiscutível, o padrão de comportamento dos dois sexos apresentado na maioria dos trabalhos que investigaram o significado deste fator na variação lingüística. Em lugar de mostrarem preferência pelas formas de prestígio, as mulheres das comunidades estudadas tendem a usar as formas verbais não-padrão, sem marcas formais de concordância do verbo com o seu sujeito P4. São os homens que se mostram mais propensos às formas verbais padrão.

Penso ser necessário sugerir respostas para perguntas tais como: como explicar a maior probabilidade de aplicação da regra padrão por parte dos homens? Por que as mulheres mostram maior preferência pela não-concordância em P4, forma estigmatizada, que, em tese, caracteriza o vernáculo popular? Por que, na comunidade sob análise, as mulheres tendem a seguir o vernáculo mais de perto do que os homens?

Acredito que uma possível explicação esteja no estatuto social do homem e da mulher da classe econômica desfavorecida, analfabetos ou semi-escolarizados, provenientes da zona rural, na sua maioria despreparados para competir no mercado de trabalho dos grandes centros urbanos brasileiros. Explica-nos Downes que o estatuto social nas sociedades estratificadas é atribuído ou conquistado em relação ao papel social que o indivíduo tem nas instituições públicas, ou seja, em relação ao seu trabalho ou às suas possibilidades econômicas. Tudo o mais, como vestuário, residência, estilo de vida, resulta disso e destaca o estatuto social do indivíduo (Downes, 1984: 178).

A força de trabalho do migrante do sexo masculino é aproveitada ou assimilada pelos centros urbanos mais facilmente do que a do sexo feminino. Ainda que precárias, o homem tem mais opções profissionais na cidade grande do que as mulheres, ou têm mais possibilidade de acesso a atividades que lhe conferem um estatuto ocupacional e, conseqüentemente, uma identidade social. Para isso, ele precisa adaptar-se mais rapidamente ao *modus-vivendi* da capital, adquirir novos hábitos, novas formas de comportamento social, em que se inclui o comportamento verbal, abandonando, com rapidez, o estilo de vida rural. Ele precisa mudar seus hábitos lingüísticos porque os adquiridos nas suas regiões de origem o identificam como migrante e são estigmatizados nos grandes centros urbanos industrializados.

Além disso, os homens, em geral, não exercem suas atividades profissionais no próprio bairro em que residem; ao contrário, o bairro funciona apenas como dormitório para esses trabalhadores que, na sua maioria, não têm oportunidade de conviver com os moradores da região. Não se estabelecem laços sociais que levam os homens a se sentirem parte de uma comunidade com identidade própria; o baixo grau de coesão social dos falantes do sexo masculino favorece maiores alterações no seu vernáculo pela incorporação de normas da

variedade de língua da cidade grande. A pressão normativa da realidade urbana é percebida com maior nitidez na fala dos homens.

O mercado de trabalho, nos grandes centros urbanos, é ainda mais restrito para as mulheres analfabetas ou de baixo nível de escolaridade, migrantes que tendem a ocupar a periferia das grandes cidades brasileiras. As atividades exercidas pelas informantes responsáveis pela amostra de língua popular sob análise confirmam as pouquíssimas opções profissionais das mulheres. Em geral são donas de casa ou exercem atividades compatíveis com as que exercem em casa, pois são faxineiras ou empregadas domésticas. Elas não só mantêm maior contato com a comunidade do bairro através da escola, das atividades nas igrejas, da feira semanal, dos postos de assistência médico-dentária etc., como, de fato, configuram a própria comunidade; as mulheres se encaixam numa rede social estabelecida por relações de parentesco, de amizade, de vizinhança. Além disso, poucas exercem atividade profissional fora do bairro, o que, em tese, propiciaria contato mais sistemático com outra variedade lingüística diversa da sua. Podemos pensar, então, num maior grau de coesão social entre as mulheres a sustentar e reforçar o seu vernáculo popular.

As mulheres analfabetas ou de baixo nível de escolaridade da periferia de São Paulo tendem a manter os hábitos adquiridos em suas regiões de origem, inclusive as realizações verbais estigmatizadas no mundo urbano. São menos conscientes do significado social de sua fala, da estigmatização de certos traços típicos da fala popular no seio da comunidade urbana mais ampla, já que vivem mais ou menos à margem dela.

Por outro lado, os homens sentem logo o peso da discriminação social ao buscar meios de sobrevivência fora de seu bairro. Sentem-se impelidos a se tornarem um *igual* com relação aos moradores da cidade grande. Faz parte desse processo de assimilação das *coisas* urbanas o abandono de traços de fala que o identificam como migrante.

Portanto, nossa avaliação inicial do peso do fator sexo na aplicação da regra de CV fundamenta-se em dois pressupostos: um mais abrangente, que diz respeito à própria variação sociolingüística; outro específico, relacionado com a regra mesma de CV:

1. uma compreensão clara da maneira pela qual o fator sexo condiciona a variação lingüística precisa levar em conta as noções de: a) rede, tessitura interna do grupo ou coesão social; b) pressão normativa dos grupos sociais. No caso em estudo, as mulheres, mais fechadas em seu mundo doméstico, sentem menos a pressão normativa da comunidade urbana mais ampla.

2. a CV não-padrão, tanto em P4 como em P6, é tomada como característica da fala popular em São Paulo. Entretanto, a não-aplicação da regra na 3ª. pessoa do plural alcança índices mais elevados do que na 1ª. pessoa do plural, porque a não-concordância em P4 é mais saliente, sob o ponto de vista social, nos grandes centros urbanos brasileiros; ela é estigmatizada e identifica o falante do interior, da zona rural das diferentes regiões brasileiras. É o que explicam índices mais baixos na aplicação da regra não-padrão de CV em P4. Voltaremos a discutir esta questão em outro momento deste trabalho.

2.4.2. Procedência

Partimos dos seguintes pressupostos: 1. grande parte da população analfabeta ou semi-alfabetizada é proveniente da zona rural, ou, no caso das gerações mais novas, são descendentes de migrantes rurais, não só do interior de Estado de São Paulo, mas de outras regiões do Brasil; 2. A não aplicação da regra de CV em P4 tem, nos grandes centros urbanos das regiões Sul e Sudeste, um significado social diferente da não aplicação em P6, pois identifica o falante de origem rural, impõe-se a confirmação de que falantes paulistanos de baixa escolaridade tendem à aplicação da regra padrão de CV. Por isso, formulamos a hipótese de que falantes paulistanos tenderiam a

errar menos que falantes provenientes de outras regiões do Brasil.

Como tivéssemos pedido aos entrevistados que nos encaminhassem a outros amigos e parentes dispostos a participar da pesquisa, muitos deles nos levaram aos seus *conterrâneos,* propiciando, até certo ponto, o estabelecimento de grupos que se assemelham aos sugeridos por Milroy em seus estudos sobre o vernáculo da classe trabalhadora de Belfast, Irlanda do Norte (apud Downes, p. 95) e que correspondem a redes sociais (*social networks*), no caso sob análise, estabelecidas em função da procedência dos informantes. Enfatizo a idéia de que, embora tenhamos utilizado uma ou outra estratégia dos Milroy para abordagem das comunidades de favelados, (por exemplo, tentamos assumir a postura de participante-observador, usando o estatuto natural de *amigo de um amigo*), não foi minha intenção aplicar, de maneira sistemática, a metodologia de trabalho por eles sugerida. Entretanto, a noção de *rede* social me foi de grande utilidade. Nas comunidades em estudo, estas redes se instauram em função não só dos diferentes papéis sociais do homem e da mulher, mas também de sua procedência. Por isso, pude distribuí-los nos quatro grupos já sugeridos no início do trabalho.

Obtivemos os resultados da tabela 5.

Tabela 5 – Freqüência e probabilidade da não-concordância verbal segundo a procedência dos informantes

	P4		P6	
São Paulo (cap.)	35/109 = 32%	0,24	124/198 = 63%	0,39
NO de São Paulo + N do Paraná	59/104 = 57%	0,73	98/139 = 71%	0,40
N de Minas Gerais + Sul da Bahia	189/406 = 47%	0,42	547/734 = 75%	0,71
Nordeste	38/74 = 51%	0,63	189/285 = 66%	0,49

Os cálculos computacionais confirmaram a relevância do fator procedência do informante para a realização de regra de CV, tanto em P4 como em P6. Aliás, em P6, é o fator social mais significati-

vo. Os falantes provenientes do Noroeste do Estado de São Paulo e os do Norte do Paraná são os que mais probabilidade têm de aplicar a regra não-padrão de CV em P4; por outro lado, os brasileiros do Norte de Minas e Sul da Bahia são os que mais erram em P6. Os paulistanos, isto é, os nascidos na capital do Estado de São Paulo, tendem mais a efetuar a concordância com o sujeito plural, como confirmam os índices de freqüência (32% e 63%) e de probabilidade (.29 e .39) de não aplicação da regra padrão, os mais baixos, se comparados com os dos informantes de outra procedência. Se na 3ª. pessoa do plural a diferença entre estes índices não é tão notável, o que me leva a afirmar que os brasileiros analfabetos ou de baixa escolaridade tendem mais à não-concordância do verbo com o sujeito P6, o mesmo não podemos afirmar com relação ao sujeito de 1ª. pessoa do plural.

Os paulistanos privilegiam as formas verbais de 1ª. pessoa do plural quando combinadas com sujeito P4, como atesta o salto entre os valores a eles correspondentes (Prob. .24) e os dos mais próximos, correspondentes aos mineiros a baianos (Prob. .42). A CV em P4, de fato, é regra praticada pelos falantes paulistanos analfabetos e de baixa escolaridade, assimilada no contato cotidiano da cidade grande, que funciona como elemento divulgador de um padrão de desempenho correspondente ao imposto pela escola. A regra de CV em P4 tende a fazer parte da gramática introjetada pelo falante paulistano, cuja aplicação leva à realização de formas de prestígio social, o que não quer dizer que o fator procedência não seja relevante para a aplicação da regra de CV também em P6, como confirmam os índices obtidos.

Chamou atenção o elevado índice de aplicação da regra não-padrão entre os paulistas do Noroeste do estado e os falantes do Norte do Paraná, bastante distantes dos das demais regiões consideradas. Sabendo-se que em P4 os índices de não-concordância são mais baixos que em P6, não deixa de ser desconcertante tal

resultado; por outro lado, este mesmo grupo de falantes apresenta, em P6, índices de não-aplicação da regra bem próximos dos paulistanos. O estudo da história da população dessas regiões pode esclarecer tal fato.

Por tudo isso, pensamos que, se, em tese, o falante popular tende a não usar marcas de flexão verbal número-pessoal, tal tendência é refreada, principalmente em P4, pelo modelo de realização dos grandes centros urbanos, que sugerem o emprego de formas verbais padrão, marca característica da língua popular urbana em contraste com a variedade rural. A CV em P4 constitui um traço saliente do vernáculo popular da cidade grande; o migrante, principalmente do sexo masculino, deve incorporá-lo ao seu vernáculo, para que se reforcem seus laços com a realidade social urbana.

Esta foi a análise dos fatores sociais *sexo* e *procedência dos informantes* então realizada.

3. Desdobramentos

3.1. Relativos à concordância verbal

3.1.1. Uma possível explicação funcionalista

Os dados analisados confirmaram a hipótese de que a ausência de pronome sujeito favorece a aplicação da regra canônica de CV, enquanto a presença de pronome sujeito favorece a CV não-padrão.

Mas, esta mesma concordância não-padrão <u>também</u> se verifica quando o pronome-sujeito não é explícito (V. freq. 26% e prob. .19 em P4 e freq. 48% e prob. .38 em P6) Constituem contra-exemplos (V. tabela 1) que nos autorizam pensar num hipotético comprometimento do conteúdo informacional da frase, já que, isoladamente, a forma verbal não indica formal e semanticamente o sujeito da oração. São casos que nos sugerem a existência de explicações contra-funcionais, o que, aparentemente torna difícil analisar os dados com base em hipóteses funcionalistas.

Consideremos os exemplos que seguem.

(1) nós não tinha medo de sucuri, não tinha medo de onça, não pensava em nada, só pensava em Deus.
(2) quando nós chegava de tarde, já .tava tava morrendo de tanto calor
(3) Inf. nóis fazia lavora, é.
Doc. lavora de quê, dona Maria?
Inf. plantava milho, fejão, mandioca né?
(4) Os dia de bazar elas pega aqueles pano e vende e arrecada bastante dinhero com esse esse trabalho
(5) Treis vagabundo que veio aqui de noite me atacô aqui de noite. Eu abri aporta eles entrô, quando entrô dentro de casa deu a palavra de assalto. Me levaru quase tudo.
(6) Doc. e as crianças cê acha que acostumaram aqui ficam bem
Inf. costumô porque porque nasceu aqui né? e tá sendo criada aqui, então costumô.

Os exemplos selecionados documentam os três contextos em que ocorrem formas verbais que podem ser associadas a sujeitos no plural (P4 e P6): (1) e (4) correspondem a seqüências de orações coordenadas; (2) e (5) são períodos compostos por subordinação; (3) e (6) sugerem a análise das formas verbais não marcadas num contexto conversacional mais amplo, associadas a sujeito mencionado na fala de um dos interlocutores. Em todas as ocorrências, a ausência simultânea de sujeito pronominal e marcas de pluralidade no verbo não constitui obstáculo para depreensão do seu sujeito já que ele está fisicamente presente em orações que antecedem as formas verbais em questão. É o que acontece ao pronome pessoal **nós** da 1ª. pessoa do plural em (1), (2) e (3) e ao sujeito de 3ª pessoa do plural, respectivamente **eles** em (4), **treis vagabundo** em (5) e **as crianças** em (6). Estas formas verbais desprovidas de morfemas gramaticais de flexão número-pessoal apresentam apenas valor lexical e modo-temporal (Cf. pensava por pensávamos, vende por vendem, entrô por entra-

ram, deu por deram), pois o ouvinte sabe que se trata de formas do plural, já que esta informação é apresentada antes na forma verbal marcada. A informação gramatical velha não se repete e o dado novo é, por conseguinte, de natureza lexical e modo-temporal. Os morfemas número-pessoais não se repetem nos verbos das orações que sucedem à primeira com forma marcada: não se altera a conexão entre os constituintes da frase mas se anula a redundância.

Pensamos que o fenômeno se esclarece em termos de categoria mais/menos referido, donde ser possível postular o princípio da não repetição de marcas de flexão de número referidas anteriormente a reger o vernáculo popular na capital paulistana. Conseqüentemente, a distinção singular/plural fica preservada; mais que isso, o princípio da necessidade de preservação da informação fica assim confirmado.

Assim como num sintagma nominal a marca de pluralidade pode restringir-se, no vernáculo popular, ao determinante, ou primeiro elemento da frase nominal, numa sucessão de frases de mesmo sujeito plural, este pode ser referido na 1ª delas e apagado nas subseqüentes, mesmo quando associado a formas verbais do singular. Ou seja, ainda que a probabilidade de uso do pronome sujeito seja mais alta com formas verbais que requerem desambigüização, a ausência física do pronome não compromete a informação desde que o contexto seja suficientemente esclarecedor, quer seja ele mais restrito, ou o da fala do próprio interlocutor, quer seja mais extenso, ou o do texto conversacional (Cf. pergunta/resposta).

Confirmamos, assim, a relação entre estratégias de pronominalização e CV, além de mostrar que, de fato, forças funcionais governam a aplicação desta regra gramatical no português popular da capital paulistana.

Entretanto, não é nessa direção que aponta a hipótese da Saliência Fônica, (além da saliência posicional) de Naro. Este é um dos fatos utilizados por Labov (1987) para questionar possíveis explica-

ções funcionalistas para casos de variação e mudança. Escreve Labov sobre o princípio da saliência: quanto mais proeminente for a marca de plural maior tendência para reter a marca de flexão. Os muitos achados que mostram o efeito da saliência são o reverso do que prediria um argumento funcional baseado na redundância da informação. Portanto, é um argumento contra-funcional. Ele nos adverte sobre o perigo de se considerarem com exclusividade os argumentos funcionalistas.

Em 1993, na nova versão desse trabalho, agora como capítulo de *Historical Linguistics,* ele chama atenção para outro fato contra-funcional sugerido por Scherre (1988: 378-425): o Princípio do Processamento Paralelo.

É possível que se formulem as questões: 1. Haveria interação de forças no sentido de explicar maior ou menor probabilidade de aplicação da regra? 2. A escolha de uma forma de plural mais saliente, a forma "certa", não teria uma função social, enquanto possibilidade de classificar o falante socialmente?

Faço minhas as palavras de Lucchesi (1994: 24): os aspectos funcional e social da linguagem se interpenetram, e não se pode entender um sem o outro.

3.1.2. As noções de: a) saliência social; b) estereótipo, estigmatização, prestígio sociolingüístico

Ainda que não tenhamos desenvolvido testes para o exame de reações subjetivas à falta de concordância verbal, pensamos que os resultados obtidos nos levam a pressupor que, para o falante popular de São Paulo, a noção de pessoa é mais saliente do que a de número gramatical, o que desencadeia o uso mais freqüente das formas verbais de P4. Os índices de não-aplicação da regra de CV são sempre menores em P4 do que em P6. Ou seja, a oposição entre as pessoas gramaticais é mais perceptível, por parte do falante popular, do que a

oposição singular/plural.

Por isso, é conveniente que a noção de saliência seja entendida como um conceito geral, que engloba aspectos diferentes, quer de natureza lingüística (cf. Naro, 1982): saliência fônica e saliência posicional.), quer de natureza extra-lingüística. Mais que isso, essa consciência da oposição eu/ele, nós/eles está relacionada a condicionamentos sociais, ou seja, a CV no Português Popular do Brasil constitui fenômeno sintático variável que evidencia implicações sociológicas: são as características das comunidades sob análise que explicam o fato de a não-concordância em P4 constituir um estereótipo do Português Popular no Brasil.

Neste caso, os conceitos de prestígio e estigmatização (Trudgill, 1974; Chambers & Trudgill, 1980; Fernandez, 1990; Serrano, 1996) não podem ser dissociados do de saliência social.

Por outro lado, a aplicação da regra de CV em P4 tende a constituir traço característico da língua falada pelo paulistano adulto analfabeto ou de baixa escolaridade. É com esta variedade lingüística que o migrante toma contato no grande centro urbano industrializado. Instala-se, de maneira inequívoca, o conflito rural/urbano, patente no choque entre usos lingüísticos característicos de cada espaço social. Bortoni-Ricardo (1985) fala num processo de *rurbanização* dos dialetos rurais brasileiros.

Na cidade grande, o falante popular oriundo de outras regiões do Brasil é levado a usar formas verbais de 1ª. pessoa do plural como um dos mecanismos, entre outros, de que se serve para integrar-se à nova realidade social. E é na fala dos homens que se torna mais eloqüente tal acomodação: ele precisa substituir os hábitos de sua região de origem por novos hábitos urbanos, dentre os quais avulta o comportamento verbal. Em outras palavras, as pressões sociais que se exercem sobre o falante popular adulto na cidade grande são mais intensas no sentido de que empregue, mais ou menos freqüentemente, formas verbais de P4, pressão social que não se verifica com rela-

ção às formas de 3ª. pessoa do plural.

Por tudo isso, afirmo que é necessário que se leve em conta a interação dos fatores sociais privilegiados neste trabalho, além dos de natureza lingüística, para que se possa dar conta, por inteiro, da aplicação da regra de CV no Português Popular Brasileiro.

3.2. O PBPop na história do Português do Brasil

Na análise que desenvolvi sobre a CV no português popular em São Paulo, não contemplei a dimensão histórica. Corri o risco de ser questionada quanto ao fato de falar, em alguns momentos, de apagamento de marcas formais de flexão verbal número-pessoal, quando, de fato, a não realização de tais marcas já constitui característica do vernáculo do não escolarizado; mais que isso, não faz parte da gramática que ele constrói a partir de sua experiência em comunidade. Estudos dialetológicos sobre o PB da primeira metade do século, como *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral, dentre outros, já confirmam tal característica. Observa-se a aquisição de marcas, de que a CV em P4 é fato inequívoco. Nesse caso, estamos pensando na CV em si mesma, como fato gramatical objeto de estudo numa perspectiva histórica. Por outro lado, há que se pensar também no PBPop como objeto de estudo para que se dê conta da história do PB por inteiro.

Cabem aqui algumas considerações. Desde meados da década de 80, tem-se verificado na comunidade de lingüistas brasileiros um renovado e intenso interesse pela Lingüística Histórica e pela História do PB.

Compartilho de dois pontos de vista de Mattos e Silva (uma das responsáveis no Brasil pelo "renascimento" dos estudos de história da língua portuguesa) relativos às orientações atuais da Lingüística Histórica Brasileira: 1. "... o retorno dos estudos histórico-diacrônicos no Brasil (...) deve-se aos desenvolvimentos externos de duas orientações predominantes da Lingüística contemporânea, nomeadamente da Sociolingüística Quantitativa ou Variacionista (Weinreich, Labov, Herzog, 1968) e do modelo gerativista paramétrico da década

de oitenta, que, considerando a variação interlingüística, trouxe à especulação da teoria questões fundamentais em que se interrelacionam a aquisição (...) à mudança lingüística, até então questão secundária nos gerativismos anteriores." (Mattos e Silva, 1998: 01-02); 2. os estudos histórico- diacrônicos que se desenvolvem nesses últimos anos no Brasil, em geral, se orientam para o português brasileiro, não só aqueles que do presente olham o passado, mas também aqueles que do passado olham o presente e até mesmo aqueles que, fixando-se em uma sincronia passada, não ignoram, como referência, o presente" (1996, p.02).

Acrescento uma terceira observação sobre as variedades do PB: ainda que consciente da não existência de um corte abrupto entre o PB padrão e não-padrão, na medida em que existem variedades intermediárias entre o que se poderia denominar de amostras prototípicas dessas duas variedades, pesquisas sociolingüísticas desenvolvidas nas últimas décadas, como a minha sobre a concordância verbal no Português Popular em São Paulo (1987), têm mostrado que o PB é não apenas heterogêneo e variável, mas também polarizado. Lucchesi (1994) chama de normas vernáculas e normas cultas o que na literatura se rotula de PB culto ou padrão, por um lado, e PB popular ou não-padrão, por outro, aos dois pólos a que se refere. "Esse diagnóstico para o português brasileiro na sincronia atual só pode ser compreendido e explicado na sua complexidade, se conseguirmos mostrar o filme diacrônico - permito-me a redundância - no nosso passado lingüístico" (Mattos e Silva, 1996: 02-03). Retomarei adiante essas observações.

Pesquisadores brasileiros têm tentado explicar as marcadas diferenças morfossintáticas entre o PB padrão e o não-padrão via caracterização dos processos que levaram a este distanciamento lingüístico. São significativas as palavras de Mello:

> Segundo a literatura que trata de mudança e contato lingüísticos, dois quad-

> ros se colocam no estudo da formação do PNP, quais sejam: 1.mudanças lingüísticas intra-sistêmicas e deriva (fatores internos); 2. inovações induzidas pelo contato lingüístico (fatores intersistêmicos). A primeira hipótese contempla tendências internas presentes em dialetos portugueses, incluindo-se aí variedades arcaicas, além de inovações, simplificações e mudanças que ocorrem espontaneamente em todas as línguas ao longo do processo de sua transmissão pelos seus falantes. A segunda hipótese diz respeito aos possíveis efeitos acarretados por situações de contato lingüístico, ou seja, empréstimos, transmissão incompleta e crioulização. Os dois quadros teóricos não são mutuamente excludentes, uma vez que mesmo em situações radicais, como as de formação de línguas crioulas, observa-se a interação de fatores intra e intersistêmicos, que resultam na formação de um novo sistema lingüístico, com certas características que não são encontradas nem em seu superstrato nem em seu substrato (Mello, 1999: 03-04).

Este diagnóstico da realidade sociolingüística brasileira atual se confirma com nitidez em São Paulo, pois os usuários do Português Popular Brasileiro na capital paulistana são provenientes de quase todas as regiões do Brasil. Esta realidade sociolingüística precisa ser compreendida e explicitada na sua complexidade se objetivarmos reconstruir nosso passado lingüístico. Ao mesmo tempo, é ele mesmo que nos fornece elementos, indícios decisivos para a reconstrução do *português geral brasileiro,* que aqui se formou e que pode ser considerado o antecedente histórico do Português Popular Brasileiro. Para alcançar tal objetivo, penso que a Teoria da Variação e Mudança tem muito a contribuir.

Em primeiro lugar, ao sugerir que a mudança lingüística pode ser surpreendida em sincronia, observada em *tempo aparente,* primeira dimensão histórica da análise proposta por Labov, e que corresponde a um recorte transversal da amostra sincrônica em função da faixa etária dos informantes. Tal análise poderá levar o pesquisador a surpreender processos de mudança lingüística em curso no âmbito de certas comunidades lingüísticas. O estudo "diacrônico" em "sincronia" (mudança em curso) revela imediatamente que a mudança histórica

é, em primeiro lugar, variação social. Complementarmente, há que se proceder ao encaixamento histórico da variável sob análise no t*empo real.* É possível "incluir no campo da Lingüística Histórica no sentido lato análises sincrônicas datadas e localizadas, portanto, historicamente contextualizadas" (Mattos e Silva, 1996, p.03).

Em segundo lugar, argumenta o lingüista que "quando se recua no tempo com vistas a traçar a história de uma língua, observa-se que as forças que foram eficientes para produzir as suas mudanças e o contorno geral do modo de atuação dessas forças são sempre os mesmos." Parafraseando Whitney, inspirador da proposta laboviana, os primeiros passos obscuros de qualquer processo histórico contínuo só podem ser investigados pelo estudo cuidadoso dos últimos (mais recentes) passos documentados e estabelecendo com cautela analogias assim deduzidas (Whitney,1867; citado em Christy,1983, p.84; apud Labov,1994, p.22).

Embora consciente de suas limitações, penso que o princípio da Uniformidade constitui pré-condição necessária e indispensável para que Labov sugira o uso do presente para explicar o passado (1975, 1994), pois as forças que atuam no momento sincrônico presente são (ou deveriam ser) as mesmas que atuaram no passado e vice-versa. Diz ele que "nós podemos fornecer algumas interpretações plausíveis através de princípios que tenham total suporte empírico e assim iluminar o passado através do presente, assim como iluminamos o presente através do passado" (Labov, 1975, p.829). Neste caso, podemos falar numa Lingüística Histórica *stricto sensu*, que se concentra na mudança lingüística no tempo, levando em conta fatores intralingüísticos ou estruturais e fatores extralingüísticos ou sócio-históricos (Mattos e Silva, 1996, p.05).

Nesse sentido, Labov sugere uma Sociolingüística Histórica que tem como um dos seus princípios básicos a idéia de que não é possível o desenvolvimento de uma mudança lingüística fora da estrutura social da comunidade em que ocorre; ou seja, é fundamental que se-

jam levadas em conta as pressões sociais que continuamente operam sobre a língua. Acrescente-se uma última observação: para se dar conta de fenômenos de mudança lingüística não se pode perder de vista um dado empírico fundamental: qualquer língua humana constitui sempre um conjunto heterogêneo de variedades.

Compartilho das idéias de Lucchesi (1994, p 27), que acredita não ser possível analisar o PB como um sistema unitário, mas como um sistema plural, constituído por pelo menos dois sub-sistemas, também eles heterogêneos e variáveis, que ele chama de normas: a norma culta a norma vernácula, popular.

Portanto, impõe-se o estudo do PBPop como uma variedade histórica do PB, em duas perspectivas: a primeira delas, sincrônica, no momento presente, com vistas à definição de suas características quer nos grandes centros urbanos, quer no mundo rural, nas diferentes regiões do Brasil . Afinal, ele constitui hoje um momento no contínuo de sua história; a segunda, numa perspectiva histórica, estudo que não dispensa a contribuição daqueles que há muito tempo perceberam as idiossincrasias do Português Brasileiro em face das de Portugal ou nas diferentes regiões do Brasil.

Estou pensando nos processos que levaram às marcadas diferenças, ao grande distanciamento entre as duas variedades. Dentre as hipóteses formuladas, uma das mais enfatizadas é a do contato entre diferentes línguas no Brasil colônia, resultante do contato entre a população nativa indígena, o colonizador português e milhões de africanos que para lá foram transplantados. Instigantes trabalhos têm sido desenvolvidos no Brasil sobre tal questão, entre os quais se destacam os de Mello (1997) e Mussa (1991), citados na bibliografia. Nestes trabalhos, a CV tem sido aspecto gramatical privilegiado.

Por tudo isso, reafirmo que se impõe o estudo do Português Popular Brasileiro enquanto padrão lingüístico dos não escolarizados brasileiros de baixo nível social, que se define tanto em função das tendências observadas nos padrões de uso, quanto em relação a siste-

ma de valores que subjazem aos padrões de uso e os determinam (Lucchesi, 1994). A aplicação da regra de Concordância Verbal pelos não escolarizados de São Paulo confirma esse fato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A. 1920. *O dialeto caipira*. São Paulo: Hucitec

BAXTER & LUCCHESI. 1993. Processos de descrioulização no sistema verbal de um dialetorural brasileiro. *Papia* – Revista de Crioulos de Base Ibérica. Brasília, 2 (2):p.59-71

BORTONI-RICARDO, S. M. 1985. *The Urbanization of Rural Dialect Speakers*. Cambridge: Cambridge University Press.

CÃMARA, J. M. 1970. *Estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Petrópolis: Vozes

CHAMBERS, J. K. & TRUDGILL, P. 1980. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press.

DOWNES, W. 1984. *Language and Society*. London: Fontana.

FERNÁNDEZ, F. M. 1990. *Metodología Sociolingüística*. Madrid: Gredos.

GUY, G. R. 1981. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects od phonology, syntax and language history*. University of Pennsylvania. PhD. Dissertation.

LABOV, W. 1972. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press

———. 1975. On the use of the present to explain the past. In: HEILMANN, L.. (ed.).*Proceedings of the 11th International Congress of Linguists*, Bolgna: Il Mulino. p.825-851.

———. 1987. The Overestimation of Functionalism. In: DIRVEN, René & FRIED, Vilém (eds.) *Functionalism in Linguistics*. Amsterdam/ Philadelphia: John BenjaminsPublishing Co., p. 311-332 (Published as vol. 20 of the series Linguistics and Literary Studies in Eastern Europe)

———. 1994. *Principles of Linguistic Change*. Oxford UK/ Cambridge

USA: Blackwell. Vol. 1: Internal Factors.

LEMLE, M. & NARO, A J. 1977. *Competências básicas do Português***.** Rio de Janeiro: Mobral/Fundação Ford.

LUCCHESI, D. 1994. Variação e norma: elementos para a caracterização sociolingüística do portuguës do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. Lisboa, 12. p.17-28.

MATTOS & SILVA, R. V. 1996. Orientações atuais da Lingüística Histórica Brasileira. Mimeo

———. 1997. Contribuição do "Programa para a história da língua portuguesa - PROHPOR" para os estudos histórico-diacrônicos do português . Mimeo

———. 2001. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS & SILVA (Org.) *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas

MELLO, H. R. 1997. The genesis and development of Brazilian Vernacular Portuguese. Ann Arbor:UMI

_____. 2002. Português padrão, português não-padrão e a hipótese do contato lingüístico. In: ALKMIM, T. M. (Org.) *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas

MUSSA, A B.N. 1991. *O papel das línguas africanas na história do Português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado. (mimeo)

NARO, A J. 1981. The Social and Structural Dimensions of of a Syntatic Change. *Language*, 57 (1):p.62-98.

RODRIGUES, A C. S. 1987. *A Concordância Verbal no Português Popular em São Paulo*. São Paulo, USP (mimeo).

———. 1989. Concordância verbal e estratégias de pronominalização. In*: Estudos Lingüísticos. Anais de Seminários do GEL*. Lorena, Prefeitura Municipal / GEL. p.546-554.

______. 2000. Concordância verbal e saliência social no Português Popular no Brasil. In: Gärtner, E., Hundt, C., Schömberg, A (eds) *Estudos de socioligüística portuguesa*. Frankfurt am Main: TFM. p.41-62.

SCHERRE, M.M.P. 1988. *Reanálise da Concordãncia Nominal em*

Português. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado.
SERRANO, M. J. 1996. *Cambio Sintáctico y Prestígio Lingüístico*. Frankfurt am Main:Vervuert; Madrid: Iberoamericana.
SILVA-CORVALÁN, C. 1989. *Sociolingüistica - Teoría y Análisis*. Madrid, Alhambra.
SILVA NETO, S. 1976 [1950] *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Penguin Books.
WEINREICH, V., LABOV,W., HERZOG,I. 1968. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin, University of Texas Press. p.95-188.